Ensino Profissional

Contributos

A Associação Nacional de Professores, apresenta os seus cumprimentos à Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura, e agradece a preocupação do Grupo de Trabalho dos Currículos dos Ensinos Básico e Secundário sobre "Audição Parlamentar sobre oscurrículos das vias profissionalizantes".

Consideramos de todo pertinente que se faça este tipo de audições porque elas permitirão que os governantes possam ter um melhor conhecimento da realidade concreta da vida no terreno, os factores facilitadores, e dificultadores de implementação destas medidas.

Um dos fatores que releva a importância do ensino profissional é o proporcionar a um número significativo de alunos uma primeira experiência no mundo do trabalho ainda durante a frequência do estágio realizado no final do ciclo do curso.
Outro fator da necessidade dos cursos profissionais prende-se com a realidade que enfrentamos acerca da menor relevância que as universidades têm hoje em dia para muitos jovens que, finalizando o ciclo de ensino regular, não conseguem ingressar nestas instituições. Não significa que se deva conotar o ensino profissional com alunos que obtêm notas fracas, pois denota uma maneira mais fácil de percorrer a escolaridade obrigatória, o que nos parece de todo desajustado.
O insucesso escolar dos alunos só pode ser minimizado com respostas adequadas aos seus interesses motivando-os para as aprendizagens significativas e significantes, envolvendo-os num processo de auto e hetero aprendizagem. Nesta perspectiva a motivação intrínseca proporciona o envolvimento de todas as partes da comunidade educativa: alunos, professores, encarregados de educação/família e o tecido empresarial.
A componente prática do curso é a mais relevante e a que confere melhor experiência ao aluno para desempenhar um papel ativo na empresa onde irá trabalhar. Aqui, parece-nos pertinente questionar a formação empresarial.
Será que as nossas empresas, pequenas, médias e grandes estão preparadas formativamente para os nossos jovens? Será que a parceria escola/empresa vs empresa/escola tem o seu papel definido?

Desde alguns anos a esta parte, apesar de poderem existir dificuldade de instalações as escolas que conseguem implementar cursos profissionais têm aumentado toda a logística de

equipamentos necessários à componente prática dos cursos.No entanto existe uma crescente dificuldade quando o curso profissional contempla equipamentose materiais de desgaste rápido que, hoje em dia, é difícil repor por contingências do momento menos bom que o nosso país atravessa e ao corte generalizado de verbas, impedindo algumas atividades entre pares em contexto de sala de aula.

Por outro lado consideramos que o Ensino Profissional deveria ser desenvolvido numa rede de escolas com características específicas com pessoal ou meios técnicos adequados. A rede de escolas Profissionais deveria ser alargada e pensada a nível nacional após um levantamento exaustivo dos meios e recursospara esse efeito, onde e só fosse garantido uma formação e um estágio com qualidade e o mercado (empresarial) absorvesse e empregasse os jovens.

Apesar da importância destes cursos eminentemente práticos, não podemos cair na tentação de os banalizar de forma a permitir que os jovens do nosso país tenham em menor consideração o seu crescimento nas diversas vertentes da cidadania, até porque a opção por esta via de ensino por parte de um jovem deverá ser acompanhada por uma maturidade e responsabilidade, as quais estão francamente em falta em muitos alunos.

No Decreto-Lei n.º 91/2013 de 10 de julho reforça-se a ideia e a vontade da continuada aposta nestes cursos profissionais, conferindo cada vez mais uma lógica de funcionamento próxima do mundo do trabalho, aumentando a carga horária da formação em contexto de trabalho. Parece-nos positiva a autonomia dada às escolas para a organização dos tempos letivos na unidade letiva que mais convém ao seu projeto, sendo assim mais fácil chegar à verdadeira realidade da heterogeneidade dos alunos nos diferentes locais onde o curso se implementar.

Por último, gostaríamos de mais uma vez lembrar:

Que o Ministério da Educação e Ciência publique atempadamente a legislação;

Mais verba para os cursos profissionais para o apetrechamento e materiais de desgaste;

A existência de cursos adequados aos contextos e à realidade do país;

Maior diálogo entre o CQEP e as empresas em parceria com as escolas.

Lisboa e ANP, 29 de janeiro de 2014

RUA S. VICENTE, n.º 37 – 4710–312 BRAGA – Tel. 253209590 – Fax. 253209599 – Tlm: 961333051 – e-mail: geral@anprofessores.ptt